

SEMINÁRIO ENAF

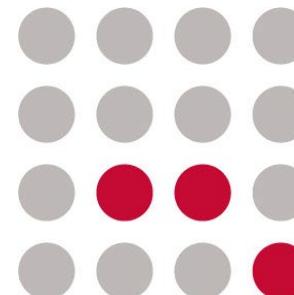
LISBOA, AUDITÓRIO DA PJ,

16 DE MAIO DE 2025



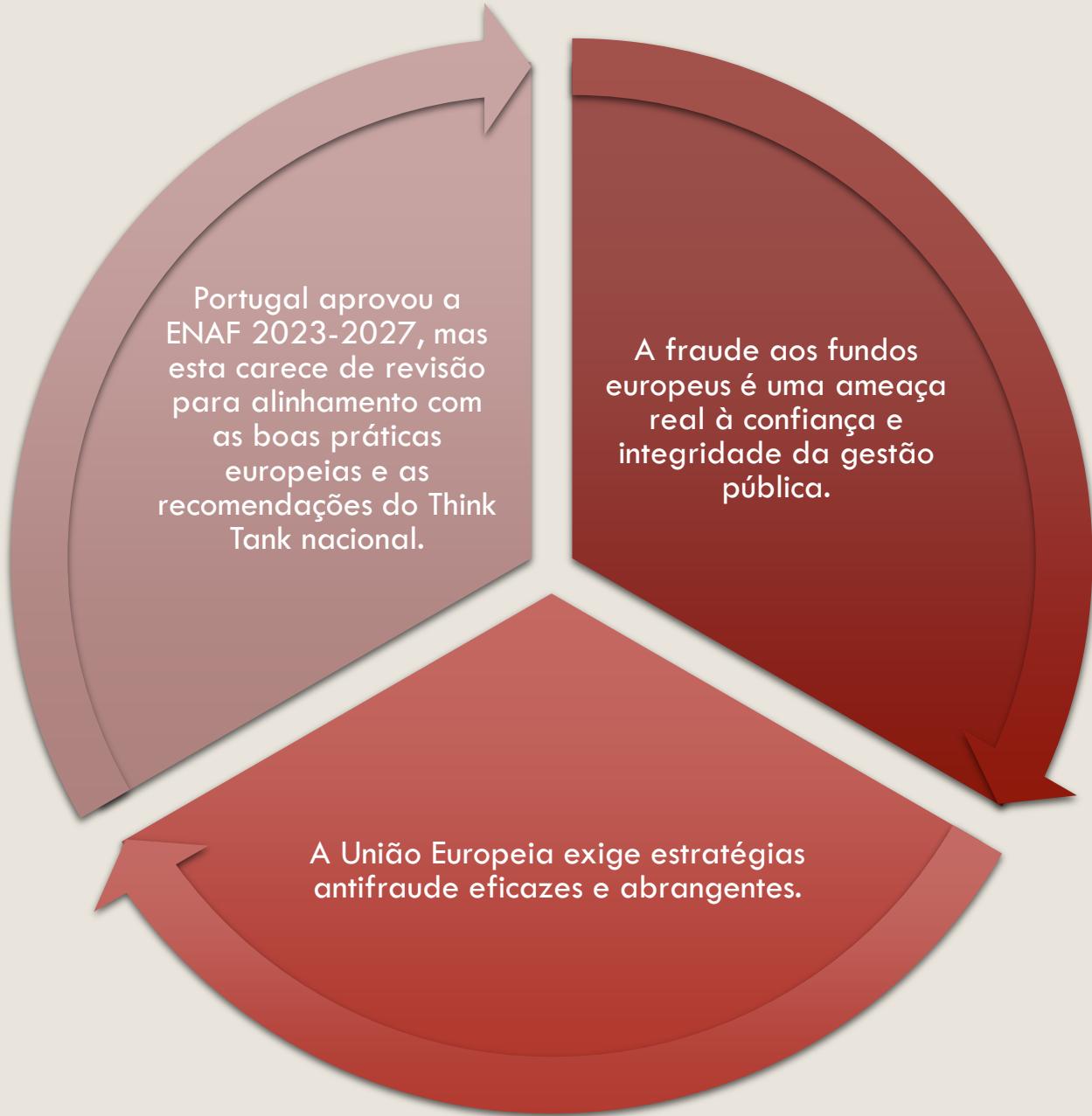
THINK
TANK

RISCO DE FRAUDE
RECURSOS FINANCEIROS
DA UNIÃO EUROPEIA



OBEGEF

Observatório de Economia
e Gestão de Fraude



A RELEVÂNCIA DESTE MOMENTO

PORQUE É URGENTE REVER A ENAF?



As *guidelines* da **Comissão Europeia** e **OLAF** apontam para estratégias **abrangentes, interinstitucionais e baseadas no ciclo completo antifraude**.



A versão atual da ENAF centra-se apenas na **prevenção e deteção**, omitindo **investigação e sanções** – um desalinhamento com as melhores práticas europeias.



RECOMENDAÇÕES DA **COMISSÃO EUROPEIA, OLAF** (guidelines) E **TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU** (relatório especial **6/2019**)

ESTRATÉGIAS NACIONAIS DEVEM:

- Cobrir **todo o ciclo antifraude**: prevenção, deteção, investigação, sanção/recuperação.
- Deve haver envolvimento **interministerial** e **interinstitucional**: não basta o plano administrativo: autoridades de gestão, judiciais, auditorias, inspeções e controlo.
- Apoiar-se em **indicadores mensuráveis**, planos de ação concretos e **atualizações regulares**.

QUEM É RESPONSÁVEL PELA ENAF ATUAL?

A IGF – Autoridade de Auditoria, no papel de AFCOS, é responsável pela ENAF.

Colaboração com:

- Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C)
- Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP)
- Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP)

⚠ Limitação apontada pela UE e TT:
Foco administrativo, sem articulação suficiente com entidades judiciais e policiais.

QUEM DEVE ESTAR ENVOLVIDO, SEGUNDO A UE?

A ENAF deve envolver **todas as partes interessadas** que possam contribuir em **qualquer fase do ciclo antifraude:** prevenção, deteção, investigação, sanção e recuperação de fundos.



PROPOSTA DE MODELO DE GOVERNAÇÃO INTEGRADA DA ENAF



O QUE FALTA CONCRETIZAR?

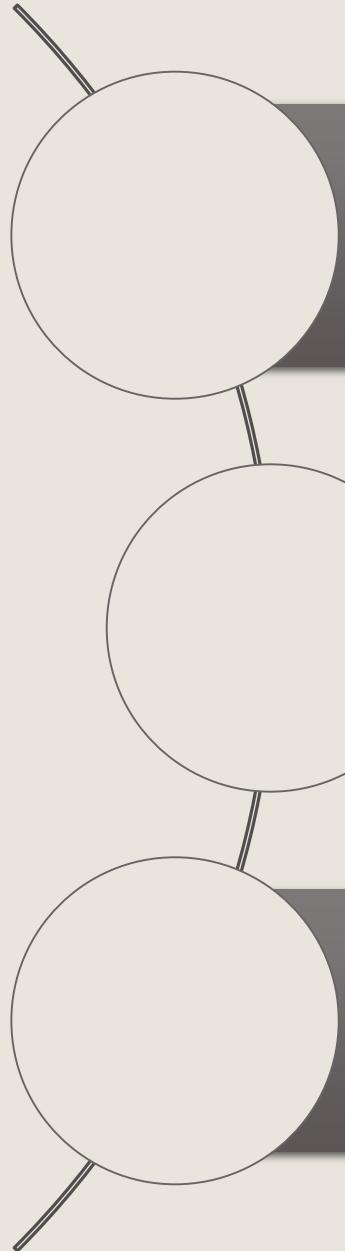
Fase de investigação e ação penal está omissa na ENAF — mas é essencial para a UE.

Protocolos e canais formais de articulação entre entidades administrativas e judiciais são insuficientes.

Indicadores de desempenho ainda vagos e sem metas claras (crítica do TT e da UE).

Formação, sensibilização e partilha de boas práticas precisam de reforço técnico e calendarização.

Prestação pública de contas eficaz (avaliações intercalares e final, dirigida pela IGF/AFCOS).



A UE exige estratégias **transversais, eficazes e colaborativas**.

Portugal tem instituições competentes — falta **coordenação funcional real**.

A revisão da ENAF é uma **oportunidade para corrigir omissões estruturais** e elevar a resposta nacional ao padrão europeu.

CONCLUSÃO E CALL TO ACTION

**OBRIGADA PELA
ATENÇÃO**

RUTE SERRA | rutecserra@gmail.com